O lugar do feminismo marxista nos debates pós-positivistas das Relações Internacionais

Hanna Cruz de Azevedo Maia

Resumo

O presente artigo possui como objetivo demonstrar como as teorias feministas nas Relações Internacionais podem ser aplicadas a partir de uma ótica materialista, fugindo da abordagem liberais e não estruturalistas que dominam os debates hegemônicos na área e legitimam a dominação ocidental no sistema-mundo capitalista. Para a construção dessa análise, serão comparadas as abordagens feministas dentro da ótica liberal, construtivista e marxista (crítica), de forma a explorar suas aplicações teóricas, sua práxis institucional e relevância na formulação de políticas públicas para o enfrentamento da violência de gênero e suas propostas para a resolução das questões de gênero que permeiam as interações no sistema internacional. Metodologicamente, será dissertado sobre o aparecimento das teorias feministas no contexto do terceiro debate da disciplina e os debates teóricos internos dessas discussões, mostrando como o gênero pode ser retratado nas teorias estruturalistas e pós-estruturalistas. Busca-se com este trabalho reiterar a importância de uma abordagem crítica para o real combate ao sistema patriarcal.

Palavras-chave: Feminismo, construtivismo, marxismo, estruturalismo

INTRODUÇÃO

Após a década de 60, novas abordagens teóricas surgiram para analisar o sistema internacional com as mudanças decorrentes da descolonização e, algumas décadas posteriores, com o fim do mundo bipolar e a reconfiguração das dinâmicas de poder que resultaram na hegemonia norte-americana (COX, 2007), dentre elas as diversas epistemologias feministas utilizadas para relacionar gênero, Estado e política internacional (TICKNER; SJOBERG, 2011). Não existe apenas uma linha de pensamento feminista, mas várias teorias que, em geral, são empregadas em conjunto para a construção de uma análise completa das questões de gênero. Elas têm em comum, porém, o interesse na emancipação feminina do sistema patriarcal, projeto que diverge de acordo com a orientação epistemológica de cada uma.

Algumas dessas vertentes teóricas se incorporaram aos debates hegemônicos da disciplina, em especial a teoria liberal; dentro dessa ótica, o feminismo infiltrou as organizações internacionais de modo a direcionar as políticas públicas dessas instituições para a promoção do pensamento de políticas públicas para a diminuição das iniquidades de gênero, como foi o

processo que deu origem à ONU Mulheres (CHARLESWORTH; CHINKIN, 2013). No entanto, em decorrência da ineficiência das OIGs em direcionar as questões de gênero de forma certeira e da manutenção das hierarquias de opressão que o feminismo liberal prevê, as vertentes críticas e pós coloniais do feminismo questionam a pertinência da vertente liberal como uma teoria que formula soluções de problemas, ou apenas como um legitimador da ordem liberal internacional, que enquanto promove a agenda feminista de forma superficial, ignora as violências de gênero estruturais causadas pelo neo-imperialismo e guerras promovidas pelo norte global.

Seguindo o debate pós-positivista no qual essas teorias se inserem, o trabalho se orienta na lógica de demonstrar o funcionamento do sistema internacional para além das epistemologias hegemônicas na disciplina, que são centradas num viés europeu, masculino e que não são suficientes para se analisar todas as nuances que permeiam os fenômenos da política internacional. Para isso, busca-se analisar o espaço do feminismo nas epistemologias críticas, que denunciam as dinâmicas hierárquicas de poder presentes nas relações internacionais; em especial, a teoria de sistema-mundo de Wallerstein (1996).

É consenso entre as escritoras feministas da área que a produção científica não é neutra, não sendo possível separar pesquisador do objeto de estudo. A literatura tradicional da disciplina, predominantemente escrita por homens brancos, ocidentais e privilegiados, reflete a cosmovisão desse grupo, o que contribuiu para que viéses raciais e de gênero fossem negligenciados por décadas, cabendo às autoras pós-positivistas a função de produzir conhecimento sob a ótica dos desfavorecidos (TICKNER, 2011). Tal fenômeno é observado, também, nas principais obras de teorias críticas, nas quais as análises das relações de classe cometem o equívoco epistemológico de excluir os atravessamentos de raça e gênero na divisão internacional do trabalho e na luta de classes, tal qual o teórico crítico Parmar (2018) reafirma em suas obras, corrigindo o erro analítico repetido por homens intelectuais marxistas, anarquistas e materialistas.

O seguinte trabalho busca não apenas criticar as teorias críticas por ignorarem o aspecto do gênero, mas também mostrar como o feminismo pode ser abordado dentro dessas óticas. Será analisado, através da obra de Wallerstein

(1996) e Cox (2007), como mulheres de países periféricos são exploradas pelas dinâmicas de poder do capitalismo global. O trabalho contará também com a análise de Federici (2021) sobre a divisão internacional do trabalho e o lugar das mulheres na ordem internacional. As análises decoloniais de Mbembe (2016) também são fundamentais para compreender como o processo de colonização moldou o sistema-mundo e pautou as desigualdades de poder no capitalismo no racismo e na exploração do trabalho não remunerado (ou pouco remunerado) de mulheres não ocidentais.

Urge-se também questionar a abordagem feminista apoiada pelas Organizações Internacionais, braços da hegemonia ocidental. O trabalho se mostra essencial para apontar as incongruências políticas do feminismo liberal e sua instrumentalização por parte de organizações internacionais.

O FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA BREVE HISTÓRIA

Entre as décadas de 50 e 70, iniciou-se um debate nas Relações Internacionais que desafiava a hegemonia do pensamento positivista da disciplina, que utiliza dos métodos empíricos da ciência econômica para estabelecer leis na política internacional (MONTE, 2013).

A intelectual feminista Sandra Harding (1987) definiu que uma metodologia feminista nas ciências sociais deve utilizar experiências femininas como recursos teóricos e empiricos, colaborando assim na formação da metodologia pós positivista feminista. Esta considera que o conhecimento produzido empiricamente não é neutro (ao contrário do que afirma dos teóricos positivistas, tais como os internacionalistas liberais e realistas). Ao realizar uma pesquisa, o investigador e o objeto de pesquisa não são entidades completamente separadas. Esse pensamento incentivou a produção acadêmica de estudiosas feministas que usaram sua cosmovisão para guiar seus estudos de gênero, produzindo ciência sobre mulheres sob um viés feminino.

Dentro desse embate metodológico, o construtivismo - a teoria da construção social da política mundial, que resultou da aplicação de ferramentas das ciências sociais nas Relações Internacionais - exerceu um papel fundamental (MONTE, 2013).

Wendt (1992), um dos primeiros autores da teoria, apontou que uma das grandes deficiências dos autores neorrealistas e neoliberais era a não inclusão de aspectos intersubjetivos nas análises teóricas, como a não classificação de fenômenos como a autoajuda enquanto instituições por si só e a falta de atenção a aspectos como a formação de identidades nacionais e interesses sociológicos e culturais (neorrealistas tendem a focar mais em interesses de ganhos econômicos e poder, não incluindo aspectos como raça, classe e gênero na análise).

O autor também aponta o lugar da identidade no estabelecimento de relações de poder: Estados, organizações internacionais e outros atores que influenciam o sistema internacional. Cada uma dessas unidades são formadas por indivíduos, cada qual com sua identidade e sua visão de mundo decorrente desta (WENDT, 1992). É inegável que no sistema-mundo capitalista, quem domina as relações de poder é o ocidente, sendo seus líderes majoritariamente homens brancos oriundos das elites regionais. Portanto, é necessário incluir nas análises das relações internacionais o caratér masculinista que as dinâmicas de poder assumem, bem como as consequências que isso traz para mulheres ao redor do mundo.

Foi graças ao debate trazido pelos teóricos construtivistas que as análises de gênero, também crescentes nas ciências sociais nos meados do século XX, começaram a brotar nas discussões pertinentes às Relações Internacionais. Na década de 60, instituições como as Nações Unidas passaram a dar maior atenção ao tema, sendo declarada a década da mulher na ONU. Nesse período os estudos de gênero ganharam centros próprios de pesquisa na área acadêmica, levando o tema a ser discutido em diversas áreas de conhecimento dentro das ciências sociais (SYLVESTER, 2014). Nascia assim uma nova ferramenta teórica da disciplina.

Um dos primeiros grupos a realizarem suas inferências foram as feministas construtivistas, influenciadas pelas considerações de Wendt e Onuf (MONTE, 2013). Elas focam no modo no qual ideias relacionadas a gênero estruturam a estrutura política global que subordina meninas e mulheres em um sistema de dominação social, sendo a solução para esta questão a mudança de normas de masculinidade e feminilidade, retirando as relações de subordinação da socialização de gênero (TICKNER; SJOBERG, 2011). Várias outras vertentes se

incorporaram no estudo da disciplina, como o feminismo radical, o feminismo anticolonial, o feminismo marxista e, o mais hegemônico na disciplina e na aplicação de políticas públicas, o feminismo liberal.

O FEMINISMO LIBERAL E SUA MANIFESTAÇÃO EM INSTITUIÇÕES

Existem algumas maneiras de se definir o feminismo liberal, sendo o denominador comum a crença de que mudanças dentro da ordem liberal capitalista, como a promoção de oportunidades semelhantes (não iguais, pois nesse sistema nem os homens possuem oportunidades iguais entre si) a homens e mulheres e medidas reparatórias institucionais promoverão a igualdade de gênero (TICKNER; SJOBERG, 2011).

De acordo com Peterson e Runyan (1999), duas são as principais perspectivas feministas para observar as violências de gênero no sistema internacional: as correntes de Ponto de Vista, que observam as posições ocupadas por mulheres no sistema internacional e na sociedade; e aquelas que seguem a lógica de Posição de Poder, que argumentam que as violências de gênero e desigualdade entre homens e mulheres ocorrem dentro de uma lógica hierárquica de gênero, na qual homens oprime mulheres e todas as instituições seguem uma lógica masculinista.

O feminismo liberal analisa as relações de gênero a partir da primeira ótica. Para elas, a remoção dos obstáculos institucionais do sistema e a garantia de direitos e oportunidades iguais para homens e mulheres são os caminhos para a superação do patriarcado e a criação de uma sociedade justa. Essa teoria é criticada pelas feministas guiadas pela segunda perspectiva pela ausência de um plano de ruptura sistêmica e complacência com a estrutura patriarcal opressora, além de apontarem que a igualdade de gênero já foi reconhecida como essencial no ocidente há décadas e isso não extinguiu as desigualdades entre os sexos e a violência contra a mulher sequer no ocidente (TICKNER; SJOBERG, 2011).

A praxis do feminismo liberal nas relações internacionais pode ser visualizada na instrumentalização de questões feministas em organizações internacionais. A pauta é utilizada nas OIGs para promover medidas de sanções contra países periféricos, medidas estas que deixam as mulheres não ocidentais em maior situação de vulnerabilidade, bem como esses argumentos também são usados para fomentar guerra ao terror e invasões a países pobres (PARMAR,

2018) onde existem altas taxadas de violência de gênero - sem, no entanto, oferecer alternativas de fato às vítimas atingidas. Porém, ela é hegemônica nas relações internacionais e é aquela que orienta as políticas públicas de promoção de igualdade de gênero na maioria dos países e das organizações internacionais.

Outra faceta do feminismo liberal é o caráter performático. A sub-entidade das Nações Unidas para questões de gênero, ONU Mulheres, foi criada em 2010 como forma de reparar a ineficiência da organização em resolver questões pertinentes aos direitos femininos. Os mecanismos criados pela ONU para se dirigir a esses casos falharam por falta de investimento financeiro, falta de atenção logística e falta de seriedade da instituição para com essas questões (CHARLESWORTH; CHINKIN, 2013).

Os últimos relatórios anuais da ONU Mulheres mostram que apesar de uma década de trabalho em conjunto com outras subentidades das Nações Unidas e com diversos grupos da sociedade civil, a instituição ainda sofre com os mesmos problemas que suas antecessoras em sua instituição mãe sofriam: falta de orçamento e consequente falta de produção de políticas públicas concretas (ONU MULHERES, 2021). Como apontado por Tickner (2011), uma análise crítica desses resultados pode indicar que na ordem internacional liberal, a preocupação com a violência contra a mulher, as desigualdades de salário e a forma que desastres naturais e conflitos atingem principalmente mulheres e crianças, não passe de uma performance moral para justificar ganhos econômicos, políticos e militares de homens em posição de poder.

Urge também denunciar uma das falhas principais do feminismo liberal: ele não pretende acabar com as estruturas hierárquicas que estruturam a sociedade, mas sim colocar algumas mulheres no topo da pirâmide de opressão enquanto as demais estão na base. Em países ocidentais e mesmo em países periféricos com alta desigualdade de renda (como o caso do Brasil), as mulheres que possuem acesso à ascenção econômica e ingresso a posições de poder na política e no mercado são, na maioria das vezes, mulheres brancas da elite (ARRUZA; BATTACHARYA; FRASER, 2019).

Na prática, os efeitos do feminismo liberal são a terceirização da opressão feminina: enquanto mulheres ocidentais e brancas se beneficiam dos aparentes avanços, mulheres negras, asiáticas e latinas continuam sendo as maiores

vítimas de violência de gênero tanto em países centrais quanto em países periféricos, sendo a maioria ocupando postos de trabalhos referentes a cuidado (creches, asilos, enfermagem, cuidadoras, empregadas domésticas e babás) e sofrendo com a pobreza e a dupla jornada de trabalho (ARRUZA; BATTACHARYA; FRASER, 2019). Como foi sintetizado no livro “Por um feminismo para os 99%”:

> “Então, em geral, o feminismo liberal oferece o álibi perfeito para o neoliberalismo. Ocultando políticas regressivas sob uma aurea de emancipação, ele permite que as forças que sustentam o capital retratem a si mesmas como progressistas. Aliado ao sistema financeiro global dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que oferece cobertura à islamofobia na Europa, este é o feminismo das fêmeas detentoras de poder: gurus corporativas que pregam o faça acontecer [do livre mercado], burocratas do sexo feminino que impulsionam os ajustes estruturais e o microcrédito no Sul global, políticas profissionais que vestem terninhos e cobram cachês de seis dígitos para dar palestras para Wall Street.”
>
> - ARRUZA; BATTACHARYA; FRASER, 2019. Por um feminismo para os 99%.

O feminismo liberal não é capaz de emancipar as mulheres - especialmente as mulheres de grupos vulneráveis em países explorados pela ordem liberal capitalista, pois não é do interesse do capital a emancipação de ninguém. Para que o sistema continue funcionando, é necessário que haja mulheres realizando o trabalho doméstico enquanto o homem trabalha. E caso essa mulher ascenda economicamente, é necessário que hajam mulheres vulneráveis dispostas a realizarem o trabalho doméstico não feito pelas mulheres de elite (FREDERICI, 2018; ARRUZA; BATTACHARYA; FRASER, 2019). A única emancipação real para mulheres trabalhadoras, as quais representam a maioria esmagadora da população feminina mundial, é a superação do capitalismo e do patriarcado, ou seja, das estruturas de poder como um todo. Essa é a proposta do feminismo marxista.

O FEMINISMO MARXISTA E A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O feminismo marxista busca combater o patriarcado e as divisões criadas pelo sistema capitalista como uma forma de alcançar a real emancipação de

mulheres e meninas ao redor do mundo, opondo-se assim às estruturas de poder que condicionam a submissão de mulheres (FEDERICI, 2021).

Um dos principais conceitos do feminismo marxista é o da reprodução social, o qual a intelectual feminista indiana Titi Bhattacharya (2013) define na seguinte forma:

> "Em geral, a força de trabalho é reproduzida por três processos interconectados
>
> 1 – Por atividades que *regeneram* a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem regressar a ele. Estas incluem, entre muitas outras, comida, uma cama para dormir, mas também os cuidados com o as questões psíquicas que mantém uma pessoa inteira.
>
> 2 – Por atividades que mantém e regeneram aos *não trabalhadores* fora do processo de produção – quer dizer aqueles que são trabalhadores futuros ou passados, como as crianças e os adultos fora da força de trabalho por N razões, quer seja a velhice, a invalidez ou o desemprego.
>
> 3 – Reproduzindo *novos trabalhadores*, através do parto
>
> Estas atividades, que formam a base mesma do capitalismo no sentido de que reproduzem o trabalhador, são feitas completamente grátis para o sistema por mulheres e homens dentro dos lares e da comunidade. Nos Estados Unidos, as mulheres ainda carregam uma parte desproporcional desse trabalho doméstico."
>
> - BHATTACHARYA, Titi, 2013. O que é a teoria da reprodução social?

Dessa forma, compreende-se que o sistema capitalista delega às mulheres não apenas a incubência da reprodução e da necessidade de repor a classe trabalhadora. A criação do mito do cuidado ser um trabalho naturalmente "de mulher", em decorrência de uma suposta aptidão feminina para esse tipo de serviço, foi essencial para a acumulação do capital e o estabelecimento do capitalismo enquanto sistema vigente. Foi apenas a partir da presença do trabalho doméstico não-remunerado, somado à dupla jornada de trabalho de mulheres trabalhadoras que trabalham fora e realizam as tarefas de casa, que os capitalistas foram capazes de acumular riquezas, afinal, era necessário que alguém se encarregasse do lar, das crianças e dos idosos para que o proletário continuasse em serviço (FEDERICI, 2018).

O trabalhador homem, por sua vez, aliou-se ao capitalista nesse sistema de opressão, pois a subordinação da mulher proletária beneficia o homem

trabalhador. Uma justa superação do sistema capitalista deveria incluir a superação do patriarcado, uma das principais ferramentas de manutenção das estruturas de poder. Esse combate, porém, não interessa aos homens proletários e mesmo os marxistas, visto que eles também se beneficiam com o patriarcado (FEDERICI, 2021). Foi a partir dessa contradição da teoria marxista que surgiu o feminismo marxista: em decorrência da urgência de mulheres trabalhadoras em combater as estruturas de opressão que lhe dominam, algo que homens marxistas não tinham interesse em fazer. O mesmo deve ser aplicado nas teorias críticas de Relações Internacionais.

Wallerstein e Robert Cox são dois autores que pavimentaram a teoria crítica das Relações Internacionais. Assim como as teorias feministas, a teoria crítica também encontrou maior espaço para crescimento na disciplina durante o terceiro grande debate, no qual criticou os neorrealistas e neoliberais por ignorarem as dinâmicas de poder que permeiam as relações na ordem mundial onde se dá o sistema internacional.

Wallerstein (1996) desenvolveu a teoria de sistema mundo como forma de explicar as desigualdades econômicas no sistema capitalista. Em oposição à tese liberal de que países subdesenvolvidos não “evoluem” economicamente em decorrência de más escolhas de produção, o autor aponta que o subdesenvolvimento (o qual ele denomina como periferia do sistema) na verdade é resultado da divisão internacional do trabalho, que delega a produção industrial (de empresas estrangeiras) e a agroexportação a países da periferia (“condenados”, assim, ao subdesenvolvimento) para que os países centrais do sistema capitalista lucrem com a produção terceirizada em outros territórios.

Robert Cox (2007) vai além e aplica a teoria de hegemonia de Gramsci para explicar como funciona a dominação de países capitalistas centrais e países periféricos. Países que passaram por revoluções burguesas bem sucedidas (tais como os países da Europa ocidental e os Estados Unidos) estabeleceram seu poder hegemônico através de acordos com as elites locais de países periféricos. Dessa forma, as elites locais se beneficiam com a exploração do proletariado desses países, enquanto a divisão internacional do trabalho mantém as desigualdades econômicas entre os países. Outro aspecto dessa relação entre a potência hegemônica e seus “vassalos” diz respeito ao estabelecimento da

ideologia da hegemonia em países dominados. Dessa forma, o capitalismo liberal é apontado como norma e como imprescindível para o desenvolvimento, levando políticos locais e mesmo a classe trabalhadora a preferir pela manutenção do sistema (COX, 2007).

Além disso, Cox (2007) também aponta que uma das ferramentas de manutenção hegemônica encontrados pelas potências para garantir que sua ideologia seja disseminada aos países periféricos são as organizações internacionais, apontadas pelo autor como legitimadoras dos interesses das elites hegemônicas. A partir desses conceitos, urge a aplicação de conceitos feministas para uma melhor compreensão de como a divisão internacional do trabalho e o sistema mundo capitalista oprimem as mulheres.

Primeiramente, como anteriormente mencionado, o capitalismo não se sustenta sem o trabalho doméstico não remunerado imposto às mulheres. Porém, ele também não se sustenta sem o trabalho mal pago das mulheres da classe proletária que trabalham em indústrias multinacionais em países periféricos, onde seus salários são menores e elas possuem menos direitos. Mulheres e crianças são particularmente sensíveis aos efeitos da pobreza oriunda das crises econômicas cíclicas do capitalismo, além de serem a principal força de trabalho do campo (ARRUZA; BATTACHARYA; FRASER, 2019).

Nos países hegemônicos, mulheres imigrantes tendem a ocuparem cargos de menor remuneração referentes ao trabalho do cuidado (como empregadas domésticas e babás) e também no trabalho sexual (sendo mulheres imigrantes as maiores vítimas de exploração sexual na Europa) (ARRUZA; BATTACHARYA; FRASER, 2019).

Além disso, são mulheres as principais vítimas de conflitos armados oriundos dos interesses econômicos e políticos das potências econômicas globais, sendo elas vítimas de violência sexual e sobrecarga no trabalho do cuidado em decorrência do alto número de feridos e inaptos nesses contextos (ENLOE, 2000). Em crises econômicas seus direitos também costumam ser questionados. Atualmente, nos EUA, a criminalização do aborto tornou-se realidade nos estados do sul. O controle dos corpos femininos por intermédio do Estado também se materializa através de medidas de esterilização forçada,

sendo mulheres as principais vítimas de etnocídio promovido pela necropolítica (MBEMBE, 2016).

CONCLUSÃO

O patriarcado não será abolido sem a queda do capitalismo, tendo em vista que ambos os sistemas de opressão se interligam de modo a se tornarem indissociáveis. Dessa forma, urge-se que as análises das relações de poder no âmbito das Relações Internacionais leve em consideração os atravessamentos de raça, classe e gênero para uma melhor compreensão de como as hierarquias de poder se estabelecem nesse contexto.

É necessário, assim, que seja abandonado o feminismo liberal performático legitimado pelas organizações internacionais. O único motivo pelo qual as grandes potências utilizam o feminismo liberal como instrumento de dominação é porque ele não propõe reais mudanças na hierarquia de poder de gênero. Não é proposta uma emancipação geral de mulheres de todas as raças, culturas e territórios, mas sim uma garantia de acesso a posição de poder a um seleto grupo de mulheres de elite. Essas mulheres continuaram a reforçar os mecanismos de opressão contra suas trabalhadoras, pois para que ela acumule capital, ela precisa se aproveitar do trabalho de outros (ARRUZA; BATTACHARYA; FRASER, 2019).

Assim, para que uma real libertação feminista ocorra, é necessário um feminismo que lute contra o sistema que oprime mulheres para manter-se vigente. E para que as análises sobre as relações internacionais sejam completas, é imprescindível que seja aplicada uma ótica feminista e marxista. É necessário que a teoria crítica das RI passe por uma reinterpretação feminista para que a luta de classes contra a hegemonia capitalista não adquira um caráter masculinista e não exclua cerca da metade da força trabalhadora do mundo: as mulheres proletárias.

REFERÊNCIAS

BARRET, Michael; FINNEMORE, Martha. “Politics, Power and Pathologies of International Organizations”. International Organization, vol. 53, n. 04, p. 699-732, 1999.

BHATTACHARYA, Titi. What is social reproduction theory? **Socialist Worker**. 10 de set. de 2013. Disponível em:

<https://socialistworker.org/2013/09/10/what-is-social-reproduction-theory>. Acesso em: 15 de ago. de 2022.

CHARLESWORTH, Hilary; CHINKIN, Christine. The United Nations Gender Architecture: The creation of UN Women. **Max Planck Yearbook of United Nations Law**, [*s. l.*], v. 17, p. 1-60, 2013.

COX, Robert. "Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método". In. GILL, Stephen (Ed.). Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2007.

ENLOE, Cynthia. Maneuvers – The Politics of Militarizing Women's Lives. Berkley and Los Angeles: California University Press, 2000.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax. **São Paulo: Elefante**, 2017.

FEDERICI, Silvia. O patriarcado do salário: notas sobre gênero, Marx e feminismo. Ed 1, v.1. São Paulo: Boitempo, 2021.

HARDING, S. (1987), The Method Question. Hypatia, 2: 19-35. https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.1987.tb01339.x

KEOHANE, Robert. NYE, Joseph. Power and Interdependence: world politics in transition. Boston: Little, Brown, 1977

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & ensaios, v. 2, n. 32, p. 122-151, 2016.

MONTE, I. X. do .. (2013). O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. *Revista Estudos Feministas*, *21*(1), 59–80. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100004

ONU MULHERES (2021). "Strategic Plan 2022–2025". 2021.

PARMAR, Inderjeet. The US-led liberal order: imperialism by another name?. International Affairs, v. 94, n. 1, p. 151-172, 2018

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, 2005.

SYLVESTER Christine (2014) "Presentando a Elshtain, Enloe y Tickner: una mirada a los esfuerzos feministas más importantes antes de continuar el viaje" *Relaciones Internacionales* 27 Octubre-Enero: 117-152

WALLERSTEIN, Immanuel. The inter-state structure of the modern world-system. International theory: positivism and beyond, p. 87-107, 1996. [ou Analise dos sistemas mundiais em Teoria Social Hoje]

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. International Organization, vol. 46, n. 2, 1992, p. 391-425